

**ESTUDO GEONÍMICO
DAS FEIÇÕES DA COSTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO⁷⁵**

Pamela Marcia Ferreira Dionisio (UFRJ)

pameladionisio1@gmail.com

Thiago Costa Virgilio (UFRJ)

virgilio_thiago@yahoo.com.br

Paulo Marcio Leal de Menezes (UFRJ)

pmenezes@acd.ufrj.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo principal realizar um levantamento da geonímia pertinente as feições da costa fluminense, tais como ilhas, pontas, praias, lagoas costeiras, dentre outras feições. Para isto, procurar-se-á investigar as etimologias destes nomes geográficos, bem como suas classificações e diacronia. Os mapas históricos e as cartas hodiernas do estado do Rio de Janeiro e, especificamente, de suas baías serão o substrato para a obtenção geonímica. Desta forma, a memória da costa fluminense, que foi a porta de entrada ao processo de ocupação do estado do Rio de Janeiro, será desvelada a partir das formas simbólicas identitárias dos geônimos.

Palavras-chave: Geonímia do Rio de Janeiro. Feições da costa. Diacronia geonímica.

1. Introdução

A toponímia, vocábulo donde advém o termo geonímia, tem sido uma forma simbólica utilizada para estabelecer uma relação de identidade entre um núcleo urbano ou feição natural, e um determinado grupo social, de forma a imbuir este objeto de significado. Significado este que reflete também relações de poder, uma vez que identificar um lugar é certificá-lo que um grupo se apropriou deste. (CORREA, 2007; AZARYAHU & GOLAN, 2001)

Desta forma, investigar os geônimos das feições naturais da costa do estado do Rio de Janeiro (objetivo geral), a partir da etimologia, classificação e diacronia geonímica (objetivos específicos), reflete em múltiplas relações de identidade e de poder que determinados grupos vão

75 AGRADECIMENTOS: Este trabalho somente foi possível graças aos mapas históricos cedidos pelo Arquivo Histórico do Exército e pelo Arquivo Nacional, além das cartas do IBGE, que já haviam sido fornecidas ao acervo do Laboratório de Cartografia. Por isso, é importante agradecer, especialmente, as duas instituições citadas.

exercer sobre esta porção do território fluminense. Estes nomes podem, ainda, de forma pormenorizada, refletir motivações históricas, antropológicas, culturais, sociológicas, lexicográficas, geográficas, dentre outras, que não são excludentes entre si. (MENEZES & SANTOS, 2006)

No que tange aos objetos do artigo, estes são as feições naturais da costa fluminense. Isto inclui ilhas, cabos, baías, praias, pontas, sacos, enseadas e lagoas costeiras.

Optou-se por elencar estes objetos, primeiramente, porque não existem estudos que abarquem todos os geônimos da costa fluminense de uma única vez, analisados sob os aspectos supracitados. Outra justificativa importante é o próprio processo de ocupação do território fluminense, que começou pela entrada de baía de Guanabara, isto é, uma feição natural costeira.

No que concerne a temática geral, geonímia, o estudo também é importante, uma vez que há pouco estudo de geonímia no país, se comparado aos Estados Unidos e a França, que apresentam banco de dados com geônimos protegidos e padronizados. A ciência geográfica e a cartografia histórica devem, ainda, se apropriar desta temática, que tem sido mais objeto de estudo dos linguistas no país.

2. Recorte espacial

O litoral do estado do Rio de Janeiro apresenta 365Km de extensão, e múltiplos acidentes geográficos, sendo suplantado somente pela costa da Bahia e do Maranhão, de acordo com o endereço eletrônico da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)⁷⁶.

Municípios Costeiros do Estado do Rio de Janeiro
1. São Francisco de Itabapoana
2. São João da Barra
3. Campos dos Goytacazes
4. Quissamã
5. Carapebus
6. Macaé
7. Rio das Ostras
8. Casimiro de Abreu
9. Cabo Frio

76 Disponível em: <<http://www.fiperj.rj.gov.br>>. Acesso em: 15-06-2011.

10. Armação de Búzios
11. Arraial do Cabo
12. Araruama
13. Saquarema
14. Niterói
15. São Gonçalo
16. Itaboraí
17. Guapimirim
18. Magé
19. Duque de Caxias
20. Rio de Janeiro
21. Itaguaí
22. Mangaratiba
23. Angra dos Reis
24. Parati

Elaboração dos autores, baseada nos dados da FIPERJ
(<http://www.fiperj.rj.gov.br/pesca.html>). Data de acesso: 15-06-2011)



MAPA 1. Fonte: Elaboração dos autores, com base na tabela 1 do acervo do Laboratório de Cartografia

3. Discussão teórico-conceitual

Antes de adentrar nos aspectos metodológicos e nos resultados obtidos, nesta seção serão levantados os principais conceitos e temas que permeiam o artigo. O termo toponímia é proveniente de dois radicais do grego: *topos*, que significa lugar e *onoma*, nome. A antroponímia, isto é, o estudo dos nomes das pessoas e a toponímia constituem dois ramos de pesquisa da ciência que estuda os nomes próprios: a denominada onomástica. (SANTOS, 2008)

Adotou-se o termo geonímia para se evidenciar o fato desse artigo pesquisar topônimos que apresentam representação gráfica e identificação das coordenadas geográficas. Destarte, estas duas últimas características fazem com que a toponímia se torne geonímia (HOUAISS, 1999). Vale salientar que a identificação da latitude e da longitude pode se dar pelo sistema hodierno ou pretérito e não somente através de documentos cartográficos, mas também históricos.

No que concerne à cartografia, geonímia e geografia, os pontos de tangência são evidentes, podendo ocorrer até interpenetração dos campos. Um mapa e/ou uma carta sem os geônimos não podem ser considerados instrumentos cartográficos completos. Os nomes geográficos são uma espécie de registro civil de uma determinada parcela do espaço. (FURTADO, 1960)

Relacionando o binômio cartografia e geografia, a ciência cartográfica funciona como instrumento e até como produto para as pesquisas geográficas, uma vez que propiciam criar modelos de representação dos objetos existentes na superfície terrestre. A cartografia histórica, especificamente, possibilita descortinar os tempos pretéritos, resgatando sua memória, história e representações gráficas.

A afinidade entre geonímia e geografia vai além do prefixo idêntico. Nomear feições da terra e lugares constitui formas simbólicas, marcas dos grupos sociais no espaço, podendo ser decorrência de questões políticas, culturais, sentimentais, históricas, geográficas, culturais, econômicas e de disputas pelo poder. Assim, a temática geonímica também dialoga com uma série de campos do conhecimento.

Segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), a toponímia pode ser dividida e classificada em dois grandes grupos: a de natureza física e a de natureza antropocultural. No interior destas duas bifurcações, obtém-se uma série de classificações (tabela 2 e tabela 3), que

foram as utilizadas nos resultados do presente artigo. Os objetos deste trabalho, isto é, as feições físicas são formadas por uma parte genérica, que determina os nomes, o *gênero geográfico*: como ilha e baía, e por outra parte específica, que qualifica estes mesmos nomes, como: Grande e Guanabara.

Taxionomia de Natureza Física	Referências dos topônimos
Astrotopônimo	Relacionados aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (RJ)
Cardinotopônimo	Pertinente às posições geográficas em geral. Ex.: do Leste, de Fora (RJ)
Cromotopônimos	Relativos à escala cromática. Ex.: Ilha Vermelha (RJ)
Dimensiotopônimo	Relativos aos aspectos dimensionais das feições naturais, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: Ilha Comprida (RJ)
Fítotopônimo	Pertinente ao vegetal, que surgiu espontaneamente, em sua individualidade, em grupos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações que não são espontâneas, mas são individuais e em grupo. Ex.: Ponta do Bananal (RJ)
Geomorfotopônimo	Referente às formas topográficas. Ex.: Monte Alto (RS)
Hidrotopônimo	Resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Ponta da Maresia (RJ)
Litotopônimo	Pertinente aos topônimos de índole mineral, relativos também à constituições do solo. Ex.: Pedreiras (MG)
Meteorotopônimo	Relativo a fenômenos atmosféricos. Ex.: vento: Serra do Vento (PB).
Morfotopônimo	Reflete o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande (AM)
Zootopônimo	Relativo ao animal. Ex.: Vacaria (RS)

Tabela 2- Classificação dos topônimos de natureza física.
Fonte: Elaborada pelos autores baseada em DICK (1990)

Taxionomias de Natureza Antropocultural	Referências dos Topônimos
Animotopônimo ou neotopônimo	Referente à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano. Ex.: vitória: Vitória (CE)
Antropotopônimo	Pertinente aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome: Abel (MG)
Axiotopônimo	Relacionado aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (SP)
Corotopônimo	Reflete os nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil (AM)
Cronotopônimo	Relativo aos indicadores cronológicos representados. Ex.: Velha Boipeba (BA)
Ecotopônimo	Referente às habitações de um modo geral. Ex.: Casa da Telha (BA)
Ergotopônimo	Pertinente aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da

	Flecha (MT)
Etnotopônimo	Referente aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex.: Guarani (PE)
Dirrematotopônimo	Formado por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há mais Tempo (MA); Valha-me Deus (MA)
Hierotopônimo	Pertinente aos nomes sagrados de diferentes crenças. Ex.: Cristo Rei (PR). Podem ocorrer duas subdivisões: hagiotopônimos, isto é, referente aos santos e santas do hagiológico romano: São Paulo (SP); e mitotopônimos, ou seja, que diz respeito às entidades mitológicas. Ex.: saci: ribeirão do Saci (ES).
Historiotopônimo	Referente aos movimentos de cunho histórico-social. Ex.: Independência (AC)
Hodotopônimo (ou Odotopônimo)	Relativo às vias de comunicação rural ou urbana. Ex.: Estradas (AM)
Númerotopônimo	Pertinente aos adjetivos numerais. Ex.: Duas Barras (BA)
Poliotopônimo	Formado pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade (RJ)
Sociotopônimo	Relacionado às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade. Ex.: Sapateiro (serra de SP)
Somatotopônimo	Relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovel (MG); Pé de Boi (AH SE)

TABELA 3 – Classificação dos topônimos de natureza antropocultural

Fonte: Elaborada pelos autores baseada em DICK (1990).

Vale salientar, dentre os objetos, o de lagoa costeira, pois o litoral do estado do Rio de Janeiro é repleto de lagoas, umas mais próximas a linha de costa, e outras, mais longínquas. Desta forma, é importante que se levante o conceito desta feição natural, a fim de que possibilite o levantamento apenas dos geônimos de lagoas costeiras.

Extensões rasas de água, muitas vezes, em orientação paralela ao litoral e, majoritariamente, ou completamente apartada do mar por restingas pequenas, recifes ou ilha barreira: esta é a definição de lagoa costeira proposta por Marcos César dos Santos (2008). Cynthia Moreira Damázio e Loreine Hermida Silva e Silva (2006) complementam a ideia, ao declarar que este tipo de feição oferece água salobra ou salgada.

Este tipo de ambiente costeiro costuma ocorrer com frequência em área que tem extensa plataforma continental, em conjunto com ampla planície costeira, marés de baixa estatura, ondas intensas e vasta quantidade de sedimentos de areia, de acordo com Carlos Augusto França Schettini (2008). É expressivo o número de lagoas costeiras no litoral do Brasil (ROLAND, 1998). O Rio de Janeiro é um dos grandes representantes de maior volume de lagoas costeiras. (ESTEVES, 1998)

4. Metodologia

Primeiramente realizou-se uma discussão teórico-conceitual dos principais conceitos e temas que fazem parte deste artigo, como toponímia, geonímia, relação entre cartografia, geonímia e geografia, classificação toponímica e o conceito de lagoa costeira, a partir de referências bibliográficas (capítulo 3).

Para a extração dos geônimos das feições costeiras do estado do Rio de Janeiro, foram utilizados mapas históricos cedidos pelo Arquivo Histórico do Exército e pelo Arquivo Nacional pertinentes aos séculos XIX e a meados do XX (1848, 1892 e 1943).

Para uma comparação com os geônimos atuais foram buscadas as cartas do estado do Rio de Janeiro levantadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme mostra a tabela 4:

Carta	Ano	Índice de Nomenclatura
Angra dos Reis	1974	Folha: SF-23-Z-C-II-1
Araruama	1978	Folha: SF-23-Z-B-IV-3
Baía de Guanabara	1987	Folha: SF-23-Z-B-IV-4 e SF-23-Z-D-I-2
Cabo Frio	1987	Folha: SF-23-Z-B-VI-4
Campos	1968	Folha: SF-24-Z-G-IV-3
Ilha Grande	1974	Folha: SF-23-Z-C-II-2
Itaguaí	1970	Folha: SF-23-Z-A-VI-3
Lagoa Feia	1968	Folha: SF-24-Z-M-II-1
Macaé	1969	Folha: SF-24-Z-M-I-3
Mangaratiba	1981	Folha: SF-23-Z-A-V-4
Marambaia	1975	Folha: SF-23-Z-C-III-1
Maricá	1966	Folha: SF-23-Z-B-V-3
Paraty	1974	Folha: SF-23-Z-C-I-2
Petrópolis	1979	Folha: SF-23-Z-B-IV-2
Rio das Ostras	1983	Folha: SF-23-Y-A-IV-1
Saquarema	1974	Folha: SF-23-Z-B-V-4

Tabela 4 - Cartas do IBGE,

Fonte: Elaborado pelos autores. Baseada nas cartas do IBGE

Em conjunto com o levantamento dos geônimos nos mapas foram utilizados dicionários impressos e eletrônicos relativos a língua portuguesa, indígena e africana, de forma a abarcar o máximo de etimologias e classificações dos nomes geográficos.

Tanto na etapa de extração dos geônimos, quanto na fase de definição etimológica, classificatória e diacrônica, foram encontradas dificuldades. Com relação ao recorte espacial, os mapas históricos somente

abrangiam ou o estado do Rio de Janeiro em sua completude ou, especificamente, a Baía de Guanabara, o que impediu uma análise mais pormenorizada das feições costeiras das outras baías do estado, como a de Sepetiba, da Ilha Grande, dentre outras.

Deste modo, enquanto que nas cartas mais atuais, como a de Angra de 1987 (na escala de 1:50.000 do IBGE) foram computadas 89 geônimos; no mapa histórico de 1943 do Arquivo Histórico do Exército (na escala de 1:200.000), somente foram levantados 6. Nota-se assim que as escalas não são compatíveis.

Outra questão importante foi o descarte de mais de 10 mapas históricos, devido a sua ininteligibilidade. Em geral, os nomes de núcleos urbanos são inteligíveis, mas os topônimos referentes às ilhas, lagoas costeiras e pontas, por exemplo, mostraram-se muito pequenos (impossíveis de se ler até com o uso de lupa) e/ou apagados.

Desta forma, foram extraídos mapa por mapa todos os nomes geográficos das feições da costa e comparados uns com os outros se ocorreu variância temporal dos nomes (mudança brutal ou de grafia), supressão e/ ou surgimento de uma nova feição. Posteriormente, foram criados gráficos com percentagens de etimologia, classificação e diacronia dos geônimos levantados.

5. Resultados obtidos

Para o levantamento atual dos geônimos, foram utilizadas as cartas provenientes do IBGE, todas em escala 1:50.000 (tabela 4 do cap. 4).

Ainda com relação as cartas do IBGE, no que tange a divisão proposta por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) entre geônimos de natureza física e de natureza antropocultural, houve proporção semelhante dos percentuais. Do total de 694 geônimos levantados, 399, isto é, aproximadamente a metade do total, são nomes geográficos relacionados a natureza física, enquanto que 374 são concernentes a natureza antropocultural, ou seja 47%. Apesar das subdivisões desta classificação ser bastante detalhada e abrangente (tabelas 2 e 3 do capítulo 3), ainda assim não foi capaz de categorizar todos os geônimos, uma vez que 3%, isto é, 21 nomes, não foram passíveis de classificação (gráfico 1).



GRÁFICO 1- Percentuais da classificação geonímica. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada em DICK (1990) e geônimos das cartas do IBGE (tabela 4).

A carta de Angra dos Reis de 1987 do IBGE apresenta exemplo de geônimo não classificável. O nome Ponta da Picirica, cujo significado é o ato sexual, não se enquadra em nenhuma das classificações. Desta forma, é importante também que se criem novas subdivisões a partir da classificação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), como as subdivisões referentes a verbos e ações em geral. O geônimo arpoador (carta da Baía de Guanabara), também carece de uma classificação, pois refere-se ao verbo arpoar.

Vale salientar, ainda, que a etimologia não foi encontrada em 6% dos geônimos, isto é, 33 nomes (gráfico 2). Logo, sem o conhecimento da origem da palavra e do seu significado, a classificação geonímica torna-se inviável. Como foi o caso da ilha Tanhaga, topônimo encontrado na carta de Parati.



GRÁFICO 2 – Percentuais da etimologia geonímica.

Fonte: Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e em dicionários impressos e eletrônicos (referências bibliográficas).

A partir da observação do gráfico 2, conclui-se que a maior parte dos geônimos são de origem lusitana (69%), o que demonstra a apropriação portuguesa do território fluminense, que ocorreu a partir do litoral, mas especificamente, a partir da baía de Guanabara.

Apesar disso, a origem indígena é a segunda maior percentagem (23%). Os vocábulos do tupi são marcas dos povos autóctones que habitavam o território fluminense antes da chegada dos portugueses. O tupi, apesar de ser considerada uma língua de origem indígena, não é específica de uma tribo. Em realidade, foi uma língua criada pelos jesuítas a partir da estrutura linguística de uma série de tribos, de forma a obter a catequização e a dominação dos nativos, conforme afirma Teodoro Sampaio (1955).

Como exemplo de nome advindo do indígena, encontrou-se na carta de Marambaía, o geônimo baía de Sepetiba, em que o termo que qualifica é formado por dois radicais *sapé* (*sapê*, a gramínea) e *tiba* (sítio, lugar; abundância), que aglutinados dizem respeito ao “sítio dos sapês”, ao “sapezal”. (SILVA, 1966, p. 295)

Os índices de nomes oriundos da língua inglesa, espanhola, italiana, francesa e africana mostram-se menos expressivos. São respectivamente, 2, 1, 1, 1 e 5 nomes geográficos. Os dois últimos refletem a histó-

ria do estado do Rio de Janeiro, repleto de invasões, sobretudo francesas; e marcado pela escravidão africana.

A carta de Araruama do IBGE apresenta o topônimo Ponta das Bananeiras, que é um vocábulo de origem africana, assim como o nome Ponta do Gambelo⁷⁷ da carta de Ilha Grande, que de acordo com Nei Lopes (2003), é de origem banta, significando festa ou carícia, carinho.

A carta da baía de Guanabara, “porta” inicial e principal da colonização lusitana é a carta que apresenta uma das cinco maiores quantidades de geônimos de origem lusitana (69%). Ademais é a que vai ter em seu conteúdo o único topônimo francês (francês) do estado do Rio de Janeiro, a Ilha de Villegaignon (gráfico 3).



Gráfico 3- Percentuais da etimologia geonímica – baía de Guanabara.

Fonte: Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos da carta da Baía de Guanabara e em dicionários impressos e eletrônicos (referências bibliográficas).

Por terem um modo de vida pautado numa relação com o meio natural de forma menos impactante e mais harmoniosa do que a sociedade dita “civilizada”, os nativos vão produzir geônimos em sua maioria de classificação zootopônica, fitotopônica e geomorfotopônica. As duas últimas primeiras classificações apresentam as percentagens mais elevadas na geonímica geral das feições costeiras do estado do Rio de Janeiro, sendo de, respectivamente, 25% e 22%. (gráfico 4).

77 <<http://pt.wiktionary.org/wiki>>. Data de acesso: 10-06-2011.

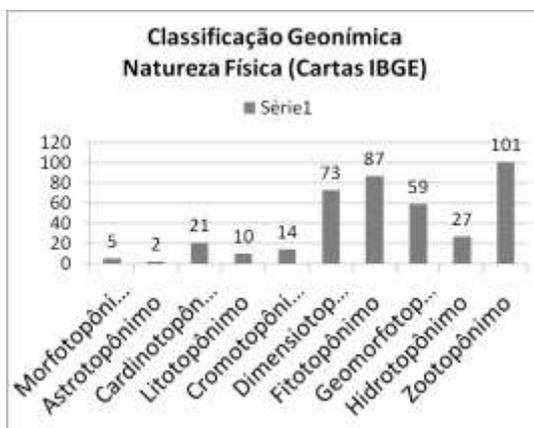


GRÁFICO 4- Geônimos de natureza física. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e na classificação de Dick (1990).

Os dimensiotopônimos são os terceiros a serem os mais encontrados (18%), seguidos pelos geomorfotopônimos (15%). Vale salientar ainda que os topônimos de classificação em: meterotopônimo, não foram encontrados em nenhuma das feições costeiras pesquisadas.

No que concerne a geonímia de natureza antropocultural, os ergotopônimos e antropotopônimos dividem a liderança, com 23% (gráfico 5). A ilha dos Fernandes e a Ponta da Mochila, extraídas da carta da lagoa Feia do IBGE, evidenciam a grande presença de antropotopônimos e ergotopônimos.

Os hierotopônimos, isto é, os relacionados às questões sacras são o segundo tipo de geônimo mais encontrado (12%). Na carta de Angra, do IBGE, são encontrados dois exemplos, que também podem ser classificados como hagiopônimos, ou seja, referentes aos nomes de santos da igreja católica apostólica romana. São eles: a ilha de São João e a ilha do Bonfim.

Com relação a ausência na classificação, duas subdivisões não foram encontradas: os corotopônimos e os hodotopônimos (gráfico 5).

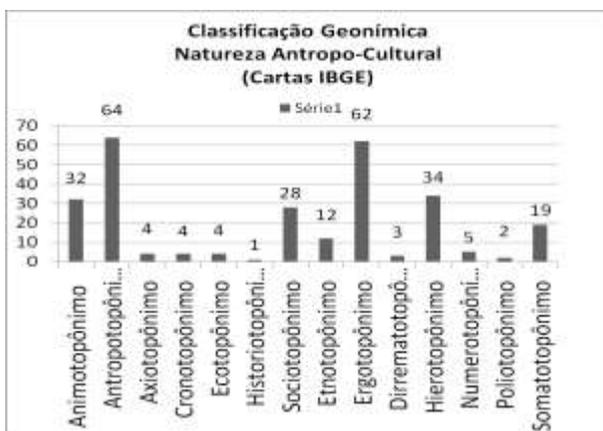


GRÁFICO 5- Geônimos de natureza antropocultural.

Fonte: Elaboração dos autores. Baseada nos geônimos das cartas do IBGE (tabela 4) e na classificação de DICK (1990)

Com relação a variância temporal, as cartas do IBGE foram comparadas com mapas históricos provenientes do Arquivo Nacional e do Arquivo Histórico do Exército (1848, 1857, 1892 e 1943), que abarcavam todo o estado do Rio de Janeiro.

A variação de grafia na diacronia dos nomes pode ser evidenciada no geônimo Ilha Rasa (tabela 5), que na carta do IBGE da Baía de Guanabara aparece com a grafia já mencionada, mas no mapa do Arquivo Histórico do Exército de 1943 é mostrado como Ilha Raza. A Ilha da Andorinha (atual grafia da carta do IBGE) aparece como Ilha de Andorinha no mapa de 1943.

Ainda no mapa de 1943, a Ilha da Saúde, sendo pertencente a baía da Ilha Grande, não foi encontrada na carta da Ilha Grande do IBGE. Com relação aos outros geônimos encontrados neste mapa, permaneceram com a mesma nomenclatura das cartas do IBGE (tabela 5).

Geônimos em 1943	Geônimos nas cartas do IBGE
Baía de Jacuacanga	Idem a 1943
Ilha Comprida	Idem a 1943
Ilha Grande	Idem a 1943
Ilha do Jorge Grego	Idem a 1943
Ilha da Saúde	Não encontrada
Ilha do Algodão	Idem a 1943
Ilha de Andorinha	Ilha da Andorinha
Ilha Guaíba	Idem a 1943
Ilha Furtado	Idem a 1943
Ilha Bonita	Idem a 1943
Restinga de Marambaia	Idem a 1943
Praia Vermelha	Idem a 1943
Ilha do Governador	Idem a 1943
Ilha de Paquetá	Idem a 1943
Ilha de Bom Jesus	Idem a 1943
Lagoa de Maricá	Idem a 1943
Ponta Negra	Idem a 1943
Lagoa de Saquarema	Idem a 1943
Ilhas de Maricá	Idem a 1943

TABELA 5- Comparação das cartas do IBGE com o mapa histórico de 1943.

Fonte: Elaboração dos autores.

Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1943, intitulado: *Planta de um trecho do estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal*. Escala: 1:200.000

O geônimo Ilha Rasa volta aparecer com a grafia atual no mapa de 1857, assim como outros 13 geônimos, que se apresentam com a mesma grafia das cartas do IBGE (tabela 6).

Geônimos idênticos	
Ponta de Jacutinga	Ilha Grande
Ilha Redonda	Pta da Guaratiba
Ponta do Arpoador	Ilha Rasa
Lagoa de Maricá	Ponta Negra
Praia de Cabo Frio	Praia de Saquarema
Ilha dos Papagaios	Ponta dos Búzios
Ilha Vermelha	Cabo de São Tomé

TABELA 6- Geônimos iguais (cartas do IBGE e mapa de 1857).

Fonte: Elaboração dos autores. Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1857, intitulado: *Carta Corográfica da Costa da Capitania do Rio de Janeiro desde Parati até o Cabo de São Tomé*. Escala não informada.

Em contrapartida, a Baía de Marambaia da carta do IBGE, foi denominada de Boca da Marambaia, tendo assim variação no seu termo genérico. Já os geônimos: Ilha da Tromba, Ilha D'âncora e Bahia Formosa não foram encontrados nas cartas do IBGE.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O mapa do estado do Rio de Janeiro de 1892, obtido junto ao Arquivo Nacional, apresenta uma série de mudanças na diacronia dos geônimos, em comparação com as cartas do IBGE, principalmente na porção correspondente a Baía de Guanabara e adjacências, conforme mostra a tabela 8, que somente abarca este último recorte espacial.

Geônimo em 1892	Geônimo na carta do IBGE
Ilha do Pão Torto	Ilha do Veado
Ilha Imbuy	Idem a carta do IBGE
Ilha do Mocangue	Idem a carta do IBGE
Ilha da Conceição	Idem a carta do IBGE
Ilha do Vianna	Idem a carta do IBGE
Ilha da Velha	Ilha de Santa Cruz
Ilha do Cajú	Idem a carta do IBGE
Ilha do Cachimboá	Não foi encontrada. Provavelmente foi aterrada
Ilha do Ajudante	Ilha do Carvalho
Ilha do Ananaz	Idem a carta do IBGE
Ilha das Flores	Idem a carta do IBGE
Ilha do Engenho	Idem a carta do IBGE
Ilha dos Tavares	Idem a carta do IBGE
Ilha do Manguinho	Idem a carta do IBGE
Ilha Comprida	Idem a carta do IBGE
Ilha d'Agôa	Ilha d'Água
Ilha da Mãe Maria	Idem a carta do IBGE
Ilha Secca	Ilha Seca
Ilha do Governador	Idem a carta do IBGE
Ilha do Saravatá	Idem a carta do IBGE
Ilha Comprida	Idem a carta do IBGE
Ilha do Raimundo	Idem a carta do IBGE
Ilha do Fora Semanas	Idem a carta do IBGE
Ilha do Cambambé	Idem a carta do IBGE
Ilha do Fundão	Idem a carta do IBGE
Ilha das Cabras	atual Ilha do Fundão
Ilha do Baiacú	atual Ilha do Fundão
Ilha do Catalão	atual Ilha do Fundão
Ilha da Caquerada	atual Ilha do Fundão
Ilha da Sapucaia	atual Ilha do Fundão
Ilha do M. Luiz	foi aterrada
Ilha do Bom Jardim	foi aterrada
Ilha dos Ferreiros	Não aparece provavelmente foi aterrado
Ilha da Pombeba	Idem a carta do IBGE
Ilha das Moças	Não aparece, provavelmente foi aterrada
Ilha dos Melões	Não aparece, provavelmente foi aterrada
Ilha S. Barbara	Idem a carta do IBGE
Ilha das Enchadas	Ilha das Enxadas
Ilha dos Ratos	Ilha Fiscal
Ilha das Cobras	Idem a carta do IBGE

Ilha de Villegaignon	Idem a carta do IBGE
Ilha da Cotunduba	Idem a carta do IBGE

TABELA 8- Comparação da carta do IBGE com o mapa histórico de 1892 – Baía de Guanabara e adjacências. Fonte: Elaboração dos autores. Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1892, intitulado: *Estado do Rio de Janeiro*. Escala: 1:500 000.

Ocorreram mudanças de uma série de nomes. A atual Ilha do Pão Torto tornou-se Ilha do Veado. A Ilha da Velha virou Ilha de Santa Cruz e a Ilha Fiscal era denominada de Ilha dos Ratos. A Ilha do Carvalho antes era Ilha do Ajudante. Outros geônimos foram suprimidos das cartas atuais, principalmente devido a aterros, como é o caso da Ilha do M. Luiz e da Ilha do Bom Jesus. A Ilha do Cachimbão provavelmente pode também ter sido suprimida por ocasião de aterros. Já as Ilhas das Moças e dos Melões foram aterradas para a retificação do Porto.

A Ilha da Conceição hoje tem ligação com o continente através de aterros, tendo uma morfologia de península. Três ilhas apresentaram mudanças quanto à grafia de seus nomes: as atuais Ilhas D'água, Seca e das Enxadas; foram em 1892: Ilha d'Agôa, Secca e das Enchadas. A atual Ilha do Fundão é resultado da aglutinação das seguintes ilhas: da Sapucaia, da Caqueirada, do Baiacu e do Catalão.

Ainda com relação ao mapa de 1892, a tabela 9 abarca os geônimos das feições que estão fora da Baía de Guanabara. Com relação a mudanças na grafia, 6 foram os geônimos encontrados: a Ilha Rasa (nome atual), que foi Ilha Raza; a Ilha Cagarra, que denominava-se Ilha Cagarão; a Ilha Itacurussá, que foi Itacurussú; a Ilha Jaguanum, que era Ilha Jaquanam; a Ilha Guaíba, que foi Ilha Guahyba; e, Ilha da Jipóia, que foi a Ilha da Jiboia.

Mudanças mais bruscas nos geônimos ocorreram com duas feições: a antiga Ilha do Funil hoje se chama Ilha Pontuda, enquanto que a Ilha do Mantimento ontem foi a Ilha Bapada. No que concerne a modificação não somente do nome que qualifica, mas também do termo genérico, isto é, o que é a feição em si, houve uma modificação: a atual Lage da Cagarra era a antiga Ilha da Laje (tabela 9).

Geônimo em 1892	Geônimo na carta do IBGE
Ilha dos Franceses	Não aparece
Ilha Egg	Não aparece
Ilha de S. Anna	Idem a carta do IBGE
Ilha Raza	Ilha Rasa
Ilha Feia	Idem a carta do IBGE

Ilha Branca	Idem a carta do IBGE
Ilha d'Ancora	Idem a carta do IBGE
Ilha Comprida	Idem a carta do IBGE
Ilha dos Papagaios	Idem a carta do IBGE
Ilha dos Porcos	Idem a carta do IBGE
Ilha do Cabo Frio	Idem a carta do IBGE
Ilha do Meio	Não aparece
Ilha Boqueirão	Idem a carta do IBGE
Ilha Rasa	Idem a carta do IBGE
Ilha Comprida	Idem a carta do IBGE
Ilha Redonda	Idem a carta do IBGE
Ilha das Palmas	Idem a carta do IBGE
Ilha Lage	Lage da Cagarra
Ilha Cagarão	Ilha Cagarra
Ilha Funil	Ilha Pontuda
Ilha do Alfaraca	Idem a carta do IBGE
Ilha da Tijuca	Não aparece
Ilha da Madeira	Idem a carta do IBGE
Ilha Itacurussú	Ilha de Itacurussá
Ilha Jaquanam	Ilha Jaguanun
Ilha Saracura	Não aparece
Ilha Guahyba	Ilha Guaíba
Ilha Grande	Idem a carta do IBGE
Ilha de Jorge Grego	Idem a carta do IBGE
Ilha da Giboia	Ilha da Jipóia
Ilha do Araujo	Idem a carta do IBGE
Ilha Comprida	Idem a carta do IBGE
Ilha dos Meros	Idem a carta do IBGE
Ilha Bapada	Ilha do Mantimento
Ilha dos Cocos	Idem a carta do IBGE
Ilha Algodão	Idem a carta do IBGE

**TABELA 9- Comparação da carta do IBGE com o mapa histórico de 1892
- Feições fora da baía de Guanabara. Fonte: Elaboração dos autores.
Baseada no mapa histórico do Arquivo Histórico do Exército de 1892, intitulado:
Estado do Rio de Janeiro. Escala: 1:500 000.**

6. Considerações finais

A maior parte dos geônimos atuais são de origem lusitana, o que demonstra a marca da colonização portuguesa no território fluminense. No que tange aos geônimos de origem indígena, estes se classificam principalmente em: geomorfotopônimos, zootopônimos e fitotopônimos. Desta forma, em geral, os nomes indígenas descrevem as características físicas existentes na feição por eles nomeada.

A classificação geonímica entre a de natureza física e da antropocultural mostrou-se bem dividida, diferentemente do que ocorre em núcleos urbanos, que, em sua maioria apresentam geônimos de classificação antropocultural. Logo, provavelmente, isto está relacionado ao objeto deste estudo, que por serem feições naturais, culminam em serem identificadas por características igualmente naturais.

Com relação aos mapas históricos, somente foram encontrados os que abarcassem todo o estado do Rio de Janeiro ou somente a Baía de Guanabara. Desta forma, foi encontrada uma elevada variância geonímica na Baía de Guanabara, que se mostrou rica de exemplos com feições que foram suprimidas, transformadas em outros nomes e também modificadas em sua grafia.

Esta questão também está impregnada do poder que se precisava estabelecer nesta área estratégica do Rio de Janeiro, que é a entrada da cidade e ponto de partida para a sua fundação histórica. Desta forma, a maior variância geonímica temporal da Baía de Guanabara reflete o seu complexo processo histórico de ocupação.

A classificação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) não contemplou todas as possibilidades de geônimos encontradas. É *mister* que se criem novas classificações dentro das divisões já existentes, abrangendo também os nomes geográficos relacionados a verbos e ações em geral.

O estudo geonímico é imprescindível para o Brasil, a fim de que se crie o substrato alimentador de um banco de dados espaço-temporal brasileiro, com todos os geônimos do país, abordando, assim, sua etimologia, seu significado, sua classificação e diacronia.

O presente artigo não pretende ser estanque no assunto. Como próximos passos podem-se citar: a busca de novos mapas bem como documentos históricos, além de referências bibliográficas em geral; a realização da deambulação para averiguação dos nomes e localização de feições, que não aparecem nos mapas ou estão inelegíveis; e, finalmente a busca do conhecimento local, por intermédio de entrevistas, para que assim se possam confrontar as referências com o saber *in loco*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZARYAHU, Maoz; GOLAN, Arnon. (Re)Naming the Ladscape: The

Formation of the Hebrew Map of Israel, 1949-1960. *Journal of Historical Geography*, vol. 27, n. 2, p. 178-195, 2001

CORREA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. *Aurora Geography Journal*, ano IX, n. 17, p. 11-19, 2007. Disponível em:

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/aurora/article/view/1680/1617>.

DAMÁZIO, Cynthia Moreira; SILVA, Loreine Hermida Silva e. Cianobactérias em esteiras microbianas coliformes da Lagoa Pitanguinha. *Revista Brasileira de Paleontologia*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, p. 165-170, 2006. Disponível em:

http://www.sbpbrasil.org/revista/edicoes/9_1/Damazio.pdf.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

ESTEVES, Francisco de Assis. Lagoas costeiras: origem, funcionamento e possibilidades de manejo. In: _____. (Ed.) *Ecologia do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/ UFRJ, 1998, p. 63-87.

FURTADO, Sebastião da Silva. *A toponímia e a cartografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra/Diretoria do Serviço Geográfico. 1960.

HOUAISS, Antonio. Notas do prefácio-estudo. In: CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB, 1999.

LOPES, Nei. *Novo dicionário banto do Brasil*. Rio de Janeiro. Pallas, 2003.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: reflexões e aspectos relevantes. *Revista Brasileira de Cartografia*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 2, p. 193-200, ago. 2006.

ROLAND, Fábio. Produção fitoplanctônica em diferentes classes de tamanho nas lagoas Imboassica e Cabiúnas. In: ESTEVES, Francisco de Assis. (ed.) *Ecologia do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do município de Macaé (RJ)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – NUPEM/ UFRJ, 1998, p. 159-175.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 4. ed. Salvador: Câ-

mara Municipal do Salvador, 1955.

SANTOS, Marcos César dos. Contribuição à gestão das lagoas costeiras: conhecimento tradicional, técnico e científico associado ao manejo dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – RJ. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes. Disponível em:

<<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp073253.pdf>>.

SCHETTINI, Carlos Augusto França. Hidrologia do Saco da Fazenda. Itajaí, SC. Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology, 2008, vol. 12, n. 1, p. 49-58, 2008. Disponível em:

<<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/bjast/article/download/287/249>>.

SILVA, Júlio Romão da. Denominações indígenas na toponímia carioca. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1966.